

O CERRADO, AS ONGS E AS HIDROVIAS

JOSÉ APOLÔNIO DA F. R. NETO
General(R)

Inúmeras ONGs financiadas por anglo-americanos, canadenses, belgas e suecos, bem como outras diretamente subordinadas aos governos inglês, americano ou canadense (como a Usaid e a Cida), têm desenvolvido intensas campanhas contra a exploração agropecuária de imensa área de nosso território – o cerrado. A configuração do cerrado é a de um planalto, cuja altura varia entre 200 e 800 metros, que se estende em arco de nor-nordeste para o sul, pela Serra Grande (Piauí), Chapada da Mangabeira (Piauí, Maranhão e Tocantins), Serra Geral (Bahia, Tocantins, Goiás e Minas Gerais) e do Espinhaço (Minas Gerais), infletindo para nor-noroeste pelas Serras da Canastra (Minas Gerais) e do Caiapó (Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso), fechando o arco com a Chapada dos Parecís (Roraima). Para evidenciarmos a grandeza da área, vejamos algumas cidades abrangidas

pelo cerrado: Teresina, Barreiras, Januária, Belo Horizonte, Uberlândia, Ponta Porã, Aquidauana, Cuiabá e Ji-Paraná.

O revestimento florístico amazônico é caracterizado por espessa floresta latifoliada, do tipo hiléia, complementada por vegetação mista de transição, zona de cocais, savanas e cerrados. A floresta apresenta diferentes estágios de densidade, e qualidades de vegetação que vão se rarefazendo progressivamente na direção geral norte-sul até o cerrado propriamente dito, caracterizado pela vegetação xerófila, onde se alternam árvores baixas e agressivas com arbustos espinhosos, predominantemente cactáceos. A vegetação se assenta sobre solo pobre, ácido e de baixa fertilidade, cuja degradação foi promovida pela própria natureza.

A campanha desencadeada por ONGs tem como fulcro principal as possíveis perdas de

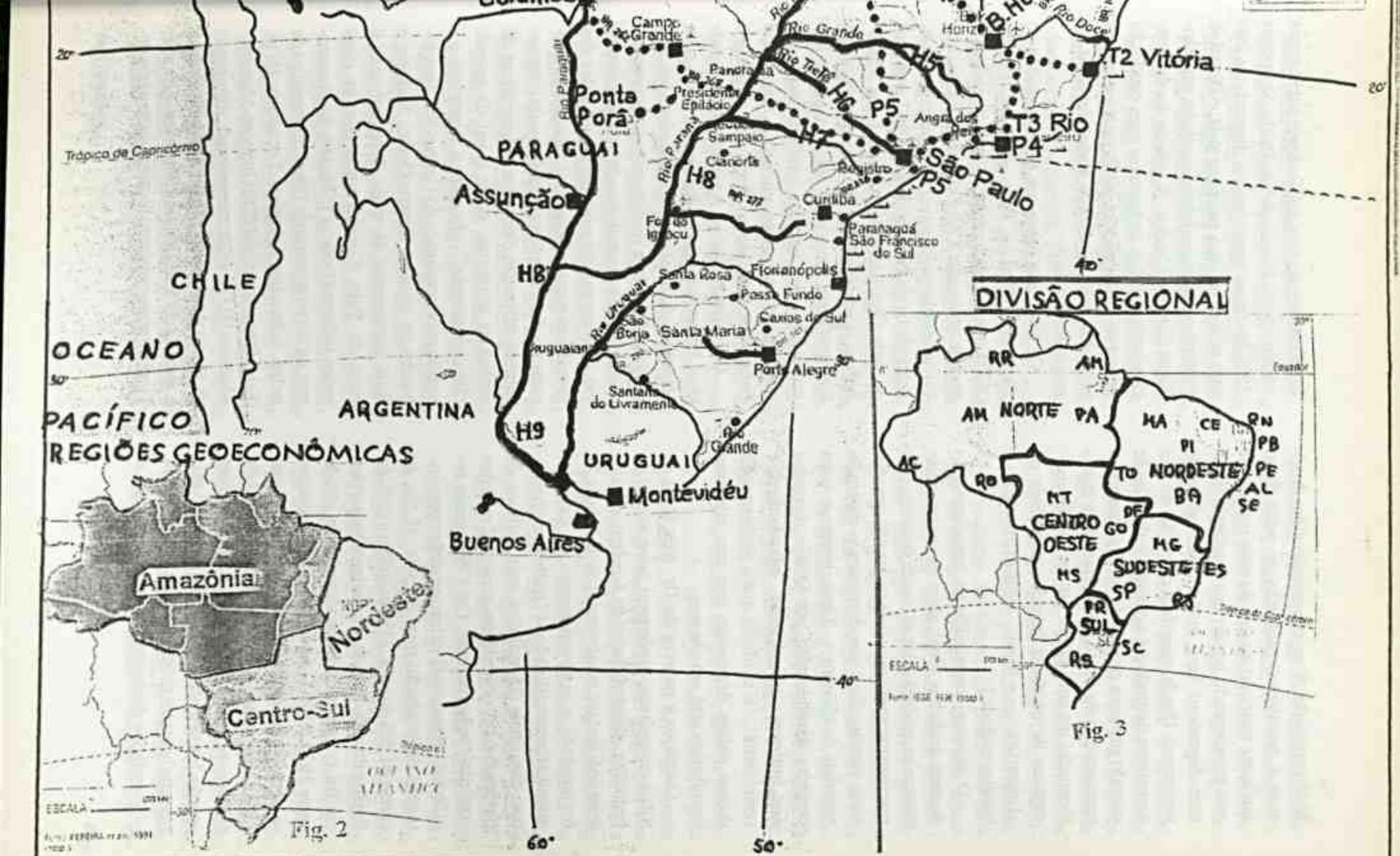
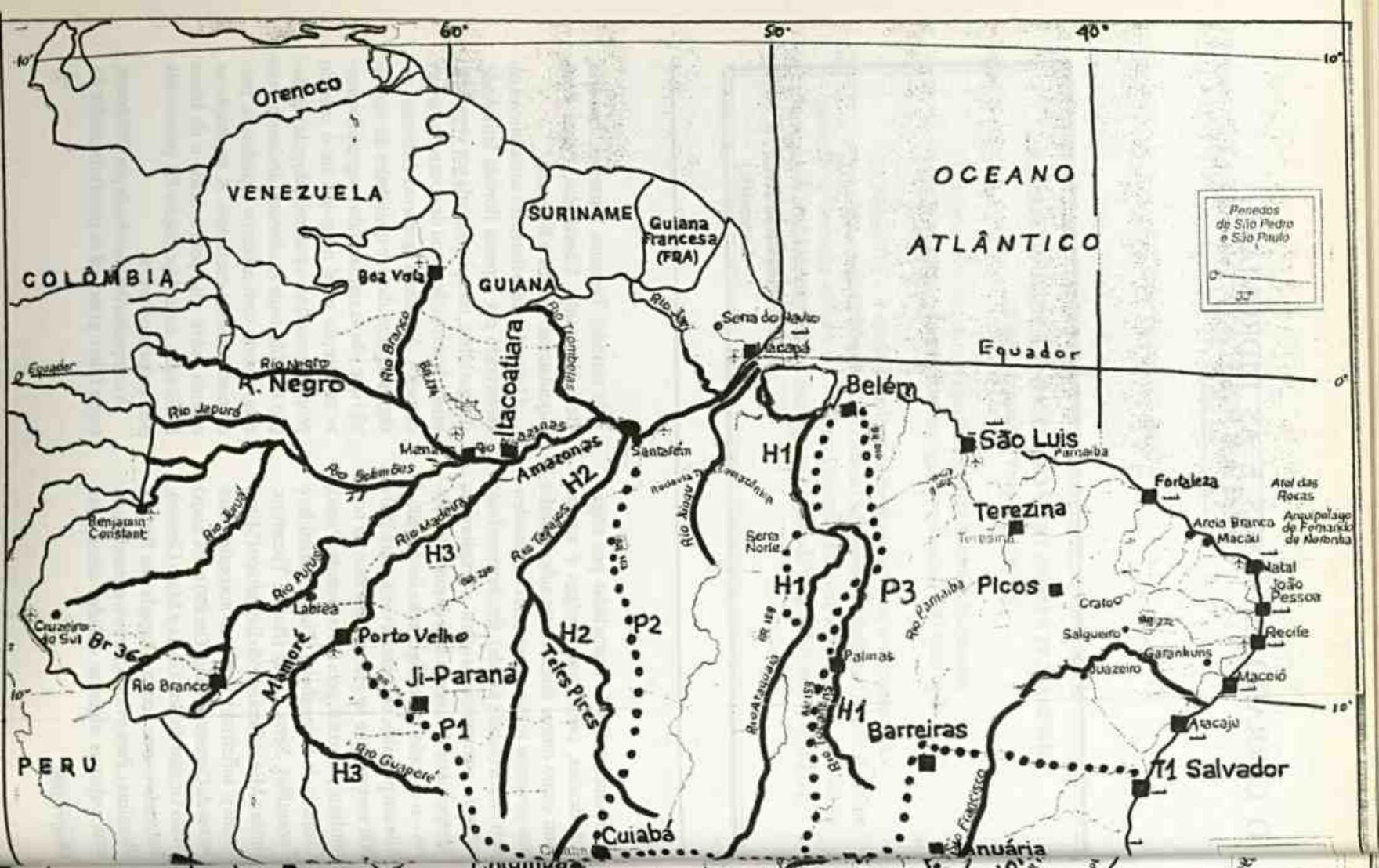


Fig. 2

Fig. 3

biodiversidade. A argumentação além de cínica é mentirosa, pois não se pode fazer qualquer restrição ao uso do solo quando se está recuperando aquilo que a própria natureza degradou! Aqui, então, cabem algumas perguntas: Desde quando a correção do que a natureza degradou é agressão a ela? Desde quando provoca perdas de biodiversidade a recuperação do solo? Desde quando a transformação do solo pobre em terras férteis – capazes de produzir grande quantidade de alimentos – pode comprometer a biodiversidade?

O sucesso conseguido na transformação de terra árida em fértil, além de ser um feito marcante, poderá criar as condições necessárias para competirmos com os grandes produtores estrangeiros que dominam o mercado mundial de alimentos. Tanto interesse pelo cerrado, demonstrado por ONGs dirigidas por ingleses, americanos, canadenses, é comovente!... É evidente que a preocupação desses países demonstra que seu interesse econômico está em cheque.

Ouçamos a palavra do Dr. Ady Raul da Silva, engenheiro-agrônomo, pesquisador da Embrapa, membro titular da Academia Brasileira de Ciências: no alvorecer da década de 70 foi iniciado o aproveitamento do cerrado, quando foram utilizados 47 milhões de hectares, dos quais 35 milhões com cultivo de pastagens, 10 com culturas anuais e 2 milhões com plantações perenes. Em 1993 aquela região foi responsável pelas seguintes porcentagens da produção total do país: 38,5% da carne, 41,5% do soja, 23% do milho e 23% do feijão e do café. Fato de excepcional importância foi o aumento da produtividade obtido entre 1975 e 1993. Após 18 anos, constatou-se o crescimento de 67% na produção do soja, 72% na do milho, 17% na do arroz, 48% na do feijão e 62% na do café. E o cerrado fora apenas levemente tocado! Há ainda 80 milhões de hectares próprios para a agropecuária e 77 milhões de hectares reservados para a

biodiversidade, área equivalente a três vezes o território do Estado de São Paulo. Se apenas 25% das áreas agricultáveis disponíveis fossem utilizadas para produzir soja, o Brasil se tornaria o maior produtor do mundo, superando os Estados Unidos. A utilização dos restantes 60 milhões de hectares para produção de carne, milho, arroz, café, citros e outros produtos daria ao Brasil poder decisivo no mercado mundial!

Os fatos não passaram despercebidos ao Dr. Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz em 1970, que previu o cerrado como o celeiro do mundo no século XXI. Da mesma forma, não foi ignorado pelo governo americano que, segundo o relatório de abril de 1997, publicado pela Confederação Nacional dos Transportes, já na década de 70, considerava nosso Centro-Oeste uma séria ameaça aos grãos produzidos nos Estados Unidos, desde que o Brasil conseguisse viabilizar transporte barato das áreas de produção até os portos.

O professor Vasco Azevedo Neto considera "o cerrado uma 'ilha continental', cuja transposição implica em custos elevados com o transporte. Para minimizá-los, recomenda que sejam usadas as linhas de menor resistência, cuja expressão evidente são os vales dos grandes rios que aí nascem". Nós nos atreveríamos a dizer que seria também muito interessante a utilização das redes hidrográficas de ambas as vertentes, norte e sul da grande "ilha continental", elo entre a Amazônia e a região geoeconômica do Centro-Sul, (englobando as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul), justamente as mais desenvolvidas e ricas do País. Considerando que as duas redes hidrográficas, a tributária do Amazonas, na vertente norte da "ilha", materializada pelas hidrovias Araguaia-Tocantins (H1), Teles Pires-Tapajós (H2) e Guaporé-Mamoré-Madeira (H3) e as da vertente sul, tributárias da Bacia do Paraná, constituída pelo Paraná e seus quatro afluentes (Parnaíba, Grande, Tietê e Paranapanema) formam quatro impor-

tantes hidroviárias: Paranaíba-Paraná (H4), Grande-Paraná (H5), Tietê-Paraná (H6) e Paranapanema-Paraná (H7). Estas hidroviárias são acrescidas por uma quinta, formada pela Paraná-Paraguai (H8), que deságua no Rio da Prata (fig. 1). Pode-se somar ainda, na vertente norte, como complementos, a grande transversal Salvador-Brasília-Cuiabá (T1), as penetrantes Cuiabá-Porto Velho (P1), Cuiabá-Santarém (P2) e Brasília-Belém (P3), rodovias que, com a ferrovia Vale do Rio Doce – que saindo do sul do Pará, complexo de Carajás, atravessa o Tocantins na cidade de Marabá, prosseguindo para nor-nordeste em direção ao porto de Itaqui, na Ilha de São Luís, capital do Maranhão. Após atravessar o Tocantins, lança um ramal para o sul, que margeia o rio e a penetrante Brasília-Belém (P3). Sem dúvida, excelente recurso para a otimização do sistema hidroferroviário no cerrado amazônico! A vertente sul da “grande ilha” é muito bem servida por importante rede rodoviária, da qual citaremos apenas: duas grandes transversais – Vitória-Belo Horizonte-Uberaba, Campo Grande-Corumbá (T2) e Rio de Janeiro-São Paulo-Presidente Epitácio-Ponta Porã (T3) – e duas penetrantes, Rio de Janeiro-Belo Horizonte-Cristalina-Brasília-Belém (P4) e São Paulo-Uberaba-Cristalina-Brasília-Belém (P5). Não é necessário indicar a densa rede de ramificações e ligações existentes na Região Sudeste, que leva aos importantes portos de Vitória, Rio de Janeiro e Santos. A rede ferroviária é aceitável, podendo atender às necessidades de transporte. São conhecidos os meios rodoviários e ferroviários em uso e também os hidroviários que só necessitam de vontade do Governo para sua implementação, se as ONGs e o FMI permitirem... As hidroviárias constituem o cerne do esquema para que, em se aproveitando o cerrado, a produção obtida tenha escoamento seguro, barato e rápido para os portos, quer no Rio Amazonas, em Itacoatiara, Santarém e Belém, ou no Atlântico, em Vitória, Rio, Santos, e também para o

Mercosul, pelo porto de Rio Grande ou pela hidrovia Paraná-Paraguai, para Assunção no Paraguai e Montevidéu e Buenos Aires, respectivamente, no Uruguai e na Argentina. (fig. 1).

É interessante, importante e oportuno voltarmos atrás para informar que as cidades de Cáceres e Cuiabá marcam o início da hidrovia Paraguai-Cuiabá. Estes rios têm nascentes em Mato Grosso, sendo contracabeçantes com os Rios Guaporé e Teles Pires, respectivamente afluentes do Madeira e do Tapajós, que poderão, no futuro, dar condições para que as Bacias Amazônica e do Prata sejam ligadas. Fato relevante, pois será o primeiro passo para que seja constituída a *grande hidrovia*, que poderá ligar o Estuário do Prata ao Mar das Antilhas, percorrendo da ordem de 10 mil quilômetros, pelas hidroviárias: Prata-Paraguai (H9), Guaporé-Mamoré-Madeira (H3), Amazonas-Negro (Canal de Caciquire)-Orenoco (H10).

Há no entanto um grande e sério problema a ser vencido: as ONGs! Os interesses anglo-americanos no Brasil, “em favor de causas indígenas ou ecológicas, não dizem respeito a motivos humanitários ou ecológicos, mas a seus interesses geopolíticos na realização do controle de todos os recursos naturais ou industriais”, haja vista a interferência exitosa exercida pelas organizações não-governamentais (Conselho Indigenista e Instituto Sócio-Ambiental), que judicialmente interditaram todos os trabalhos em andamento nas hidroviárias Araguaia-Tocantins (H1) e Teles Pires-Tapajós (H2), além da atuação na Paraná-Paraguai (H8), ao que tudo parece, também coroada de êxito, pois as eclusas no complexo de Urubupungá, que deveriam estar em funcionamento em 1998, não foram inauguradas, ou o foram sob o mais absoluto sigilo. A ONG Rios Vivos foi criada em 1994 pela ONG Fundo Mundial pela Natureza (WWF), especificamente, para coordenar as ações contra as obras na hidrovia Paraná-Paraguai (H8). Vá-

rios outros eventos bem significativos mostram o poder das ONGs – o Banco Mundial cancelou alguns empréstimos para o setor energético brasileiro, pressionado por elas! O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da mesma forma, por pressão, suspendeu o financiamento de uma obra em andamento, a do trecho final da BR 364, de grande importância para a ligação do Acre ao Peru, o que permitiria o acesso aos portos peruanos no Oceano Pacífico.

Os acontecimentos ocorridos em todos os setores de nossas atividades indicam claramente que a oligarquia anglo-americana tem como objetivo principal a africanização do Brasil. Para facilitar o desenvolvimento desta estratégia, foram criados e mobilizados vários instrumentos, dentre eles as organizações de direitos humanos, o célebre MST e os eficientes ambientalistas representados pelas nefastas ONGs.

Atualmente, enquanto o FMI exerce o direito de suserano, deixando-nos na condição de vassalos, como um estado aparentemente autônomo, as ONGs persistem, intensamente, valorizando o fator ambiental e interferindo decisivamente em nossos assuntos internos, a ponto de interditar judicialmente os trabalhos desenvolvidos em três hidrovias, que possibilitariam o escoamento rápido, barato e seguro de milhões de toneladas de soja, arroz, milho, feijão, carne e outros produtos, no início em natura e, posteriormente, também semi-industrializados ou industrializados, o que propiciaria milhões de empregos e de dólares de que tanto necessitamos.

Aqui, não é demais repetir o que foi dito pelo Dr. Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz em 1970: “O cerrado será o celeiro do mundo no Século XXI” e pelo Dr. Ady Raul da Silva, engenheiro-agrônomo, pesquisador

da Embrapa e membro titular da Academia Brasileira de Ciências: “A utilização de 20 milhões de hectares para o plantio do soja e dos restantes 60 milhões de hectares para produção de carne, milho, arroz, café, citros e outros produtos daria ao Brasil poder decisivo no mercado mundial!”

Aí está limpidamente evidenciado o motivo pelo qual os anglo-americanos e canadenses têm demonstrado tanto interesse em sabotar as hidrovias, interditando-as, como também em manter estéril e improdutivo o cerrado, invocando, cinicamente, possíveis perdas de biodiversidade.

CONCLUSÕES:

Considerando que as hidrovias poderão ser o cerne do sistema de transporte nas vertentes norte e sul do Planalto Central, as redes rodoviária e ferroviária serão complementos valiosos para a otimização do equacionamento logístico do sistema de transporte que poderá ser implantado nas regiões geoconômicas do Centro-Sul e Amazônica.

Não é necessário tecer comentários quanto aos benefícios de toda ordem que a concretização da *grande hidrovia* traria para o Brasil e para todos os países sul-americanos.

A manutenção da flora e da fauna estará perfeitamente preservada em uma área equivalente a 3 vezes o território do Estado de São Paulo, isto é, 77 milhões de hectares. Será que as ONGs permitirão?

É necessário que tenhamos em mente que a exploração equilibrada e correta do cerrado, com transporte barato, seguro e adequado, criará condições para termos poder decisivo sobre os grandes produtores estrangeiros que dominam o mercado mundial de aliment-

“O cerrado será o celeiro do mundo no Século XXI”

Norman Borlaug

tos, mas que os anglo-americanos dificilmente aceitarão pacificamente, como já está sendo demonstrado pela atuação de suas ONGs.

A produção proveniente do cerrado permitiria nossa passagem da vergonhosa situação de importador de alimentos a grande exportador, com a correspondente obtenção de divi-

das tão necessárias para nossa independência, senão econômica pelo menos moral.

Não podemos continuar na condição de vassalos e nem nosso País somente com a aparência de estado autônomo!

Nossa soberania está sendo vilipendiada. Basta desta desavergonhada subserviência!

BIBLIOGRAFIA

- SILVA, Ady Raul – artigos
BORLAUG, Norman – artigos
AZEVEDO NETO, Vasco – artigos
Confederação Nacional dos Transportes – revista (EUA)
EMBRAPA – publicações
ANTUNES, Celso – Atlas Geográfico
GIRARDI, Gisele e VAZ, Jussara Rosa – Atlas Geográfico
Equipes do EIR e MSIA – publicações

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ÁREAS> / Cerrados /; Hidrovias; ONGs; Economia;

**As abelhas buscam as flores
mesmo no meio do pântano.**

C. Torres Pastorino

(Do Boletim da Turma 46 de 7/99)

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA



O SDM, órgão com atribuição de estudar, pesquisar e divulgar a História Marítima Brasileira e conservar o patrimônio histórico e artístico da Marinha do Brasil, foi criado em 1943 e reúne sete departamentos distribuídos em cinco prédios históricos:

- Sede Ilha das Cobras onde funcionam os Departamentos de Arquivos, de História Marítima, de Publicações e Divulgação e de Administração;
- Sede Dom Manuel (Praça XV), onde fica o Museu Naval e Oceanográfico;
- Espaço Cultural da Marinha, onde estão atracados o Navio-Museu *Bauru*, o Submarino-Museu *Riachuelo* e o Rebocador-Museu *Laurindo Pitta*;
- Sede Mayrink Veiga, onde pode ser visitada a Biblioteca da Marinha; e
- A Ilha Fiscal.

O CORSO NAS COSTAS DO BRASIL (1826 – 1828)*

HELIO LEONCIO MARTINS
Vice-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O Corso – em que consistia?

O CORSO NAS GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA DAS NAÇÕES PLATINAS

Desencadeia-se a guerra de corso

Organização dos corsários

Armadores

Patentes de corso

Comandantes e tripulações

Navios e armamentos

Distribuição de butins

Os “ninhos” dos corsários

Números do corso

OPERAÇÕES DO CORSO

CRUZEIRO DO BRIGUE *GENERAL BRANDSEN*

INTRODUÇÃO

Ao ser declarada a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, a Marinha

Imperial estabeleceu o bloqueio do Estuário do Prata e, teoricamente, de toda a costa argentina. O Exército Brasileiro ocupava os principais pontos litorâneos da então chama-

* N.R.: Veja as quatro figuras relacionadas com o artigo na segunda e terceira capas.